

CAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

2019 - III

Um ano de progresso!



Senado Federal
Comissão de Assuntos Sociais - CAS
2019-III

Balanço Quadrimestral
Setembro a Dezembro de 2019

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Presidente
Senador Romário
PODE-RJ



Vice-Presidente
Senador Styvenson Valentim
PODE-RN



Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)

Titulares



Humberto Costa
(PT-PE)



Rogério Carvalho
(PT-SE)



Zenaide Maia
(PROS-RN)



Paulo Paim
(PT-RS)



Paulo Rocha
(PT-PA)



Fernando Collor
(PROS-AL)

Suplentes



Juíza Selma
(PODE-MT)



Eduardo Girão
(PODE-CE)



Rose de Freitas
(PODE-ES)



Flávio Bolsonaro
(PSL-RJ)

Bloco Parlamentar PSDB/PSL

Titulares



Mara Gabrilli
(PSDB-SP)



Styvenson
Valentim
(PODE-RN)



Romário
(PODE-RJ)



Soraya Thronicke
(PSL-MS)



Juíza Selma
(PODE-MT)



Eduardo Girão
(PODE-CE)



Rose de Freitas
(PODE-ES)



Flávio Bolsonaro
(PSL-RJ)

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)

Titulares



Jayme Campos
(DEM-MT)



Maria do Carmo
Alves (DEM-SE)



Zequinha
Marinho
(PSC-PA)



Chico Rodrigues
(DEM-RR)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)

Titulares



Renan Calheiros
(MDB-AL)



Eduardo Gomes
(MDB-TO)



Marcelo Castro
(MDB-PI)

Suplentes



Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS-RR)



Fernando
Bezerra Coelho
(MDB-PE)



Luiz do Carmo
(MDB-GO)



Luis Carlos
Heinze
(PP-RS)



Luiz Osvaldo
Pastore
(MDB-ES)



Mailza Gomes
(PP-AC)



Vanderlan
Cardoso
(PP-GO)

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)

Titulares



Leila Barros
(PSB-DF)



Weverton
(PDT-MA)



Flávio Arns
(REDE-PR)



Eliziane Gama
(CIDADANIA-MA)

Suplentes



Jorge Kajuru
(CIDADANIA-GO)



Cid Gomes
(PDT-CE)



Fabiano
Contarato
(REDE-ES)

PSD

Titulares



Nelsinho Trad
(PSD-MS)



Irajá
(PSD-TO)



Otto Alencar
(PSD-BA)

Suplentes



Carlos Viana
(PSD-MG)



Lucas Barreto
(PSD-AP)



Sérgio Petecão
(PSD-AC)

Atualizado em 30/11/2019.

PALAVRA DO PRESIDENTE





Não é exagero afirmar que os mais importantes e polêmicos assuntos que afigem boa parte da população passaram por esta Comissão de Assuntos Sociais neste ano de 2019. E, ao mesmo tempo em que nos orgulhamos de termos participado do debate e da formulação de projetos de leis, também nos entristecemos com a realidade e o sofrimento daqueles que ainda carecem de ações do governo, principalmente na área da saúde.

A propósito, no balanço que publicamos nesta edição, consta a valiosa contribuição da CAS, através de emendas de Comissão, para as áreas de saúde e assistência social, num total de R\$813 milhões, no orçamento da União de 2020.

Ao longo do ano, foram 23 audiências públicas e 31 reuniões, onde aprovamos cerca de 75 projetos de leis, boa parte em fase terminativa, com abrangência de vários segmentos, entre eles os de direitos humanos e minorias, trabalho, educação, previdência, emprego e saúde, sendo todos com enfoque na justiça social e na melhoria da qualidade de vida das pessoas que necessitam de uma maior atenção.

Enfim, cumprimos com a nossa missão! E é com o mesmo entusiasmo e empenho, que espero desenvolver as ações de 2020, com o apoio dos meus pares, para mais uma jornada em busca de soluções dos problemas sociais que afigem boa parte dos brasileiros.

Desejo a todos um Natal de paz e um ano novo com saúde e prosperidade junto de suas famílias.

Senador Romário
Presidente da CAS



DEPOIMENTOS

“Marinheiro de primeira viagem e tendo como norte fazer o melhor possível por aqueles que me elegeram, não tive dúvidas em dizer que da Comissão de Assuntos Sociais não abriria mão”.



Senador Styvenson Valentim

Quando assumi o mandato de senador, uma das recomendações dos mais experientes era que eu buscassem integrar comissões que dessem grande visibilidade, como a de Constituição e Justiça e a de Assuntos Econômicos. Marinheiro de primeira viagem e tendo como norte fazer o melhor possível por aqueles que me elegeram, não tive dúvidas em dizer que da Comissão de Assuntos Sociais não abriria mão.

O destino foi mais do que generoso comigo e tive a honra de ser escolhido Vice-presidente da CAS, ao lado do experiente parlamentar, o presidente Romário. Foi no âmbito dessa comissão que vivi os momentos importantes do meu primeiro ano parlamentar, como as discussões em torno das alterações do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (PLC 37/2013) e da perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor, em que também abordamos a valorização dos policiais e bombeiros militares (PLS 116/2017), para citar apenas dois exemplos.

Também na CAS, participei de audiências públicas importantes, algumas propostas por mim, como a que debateu a Síndrome do X Frágil, uma anormalidade hereditária relacionada ao cromossomo X e apontada como uma das principais causas genéticas de deficiência intelectual. Outras, foram propostas por colegas, como a que falou sobre automutilação e suicídio, que são fenômenos preocupantes também entre os policiais militares.

Na CAS, tive a oportunidade de ver o quanto o Poder Legislativo federal pode contribuir com o aperfeiçoamento da legislação, no sentido de oferecer condições mais justas para a sociedade. Na comissão, não só tratamos de projetos, mas também de ideias, sugestões, iniciativas. É neste colegiado que lançamos um olhar, para as mudanças legislativas, de uma perspectiva social, do ponto de vista do bem-estar dos cidadãos.

Há uma verdadeira efervescência, por vezes vista pela sociedade por meio das lentes dos veículos de comunicação institucionais, privados e das redes sociais da Casa e dos senadores. Entretanto, mesmo sem os holofotes, seguimos trabalhando de maneira dedicada e empenhados por um país mais equânime e com menos desigualdades.



“Neste meu primeiro ano como senadora eleita pelo Distrito Federal, a Comissão de Assuntos Sociais foi um dos principais palcos de importantes avanços e conquistas”.

Senadora Leila Barros

Decidi entrar na política sabendo que não poderia mudar o mundo, mas com a real consciência e responsabilidade de que podemos transformar o dia de famílias e segmentos da sociedade. Neste meu primeiro ano como senadora eleita pelo Distrito Federal, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) foi um dos principais palcos de importantes avanços e conquistas.

Ali, na CAS, tramitaram as pautas mais sensíveis para a sociedade brasileira. Presenciamos votações e debates públicos que trouxeram à tona relevantes situações que centenas de brasileiros encaram diariamente, porém grande parte da população desconhece. Cito como exemplo o debate sobre medicamentos de alto custo. O relato de pacientes com Atrofia Muscular Espinhal (AME) sensibilizou o governo, que liberou a distribuição do medicamento Nusinersena (Spinraza) pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Um frasco do remédio, que custa mais de R\$ 200 mil, representa conforto e esperança para os pacientes e seus familiares.

Tomo a liberdade de citar ainda uma proposição simples, que fui relatora, mas que representa a necessidade de tornar o direito público algo mais próximo de ser acessado. Aprovamos o PLS 142/2016 para garantir aos pais adotantes o recebimento do salário-maternidade diretamente das empresas, equivalente ao que acontece com os pais naturais. Soa discriminatório exigir que adotantes tenham de dirigir-se a um posto da Previdência Social, enfrentando filas e burocracia, para receber algo que é legalmente reconhecido.

É nesta Comissão que vemos senadores e senadoras, de diferentes partidos e visões ideológicas, convergirem em questões que priorizam o brasileiro. É importante destacar também a condução do presidente Romário nos debates mais acalorados. Com a frieza de quem recebe a bola na pequena área em um clássico, o senador demonstrou habilidade para conduzir os trabalhos com excelência. As divergências existem, é claro, mas o respeito às ideias conflitantes que surgem em pautas pontuais e a consciência de que na política se ganha no voto tem guiado os trabalhos na CAS.

BALANÇO ANUAL

UM ANO DE PROGRESSO

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal termina o ano legislativo de 2019 com resultados expressivos: além das ações de rotina, realizou 31 reuniões deliberativas e 23 audiências públicas.

“As audiências públicas são reuniões de grande importância para o trabalho legislativo. As exposições dos convidados e os

debates sobre os temas abordados, como saúde, educação, trabalho e segurança pública, contêm muitas informações que nos orientam na hora de elaborar um projeto de lei, assim como no encaminhamento de solução para determinado problema”, explicou o senador Romário (PODE-RJ), presidente da CAS.



“Entendo que as comissões são o ponto de partida para um eficiente desempenho parlamentar”.

Senador Romário

Neste balanço de 2019 duas reuniões merecem registro especial: a que recebeu o Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, quando assinou a portaria governamental incluindo o medicamento Spinraza – para doentes com Atrofia Muscular Espinal (AME) – na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais do Sistema Único de Saúde, e a de 21 de março, comemorativa ao Dia Internacional da Síndrome de Down, sob o lema “Ninguém Fica pra Trás”, com a presença do Presidente do Supremo Tribunal Federal, José Antônio Dias Toffoli.

“Esses eventos demonstram que a CAS promove o indispensável intercâmbio com os poderes da República, assim como abre as portas para as pessoas com algum tipo de deficiência, a fim de melhor ouvir os seus pleitos. Só assim podemos elaborar projetos e buscar soluções junto ao governo, para os seus dramas.

“Por isso, não tenho dúvidas, tivemos um ano de muita produção e progresso nos objetivos da Comissão de Assuntos Sociais”, afirmou Romário.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - 2019

31
REUNIÕES
DELIBERATIVAS

23
AUDIÊNCIAS
PÚBLICAS

75
PARECERES
EM PLS

SUBCOMISSÕES - REUNIÕES

Doenças Raras: 3

Pessoa Idosa: 3

Pessoa com Deficiência e Doenças Raras: 2

* Atualizado em 27 de novembro

TRABALHO DEMOCRÁTICO

Um dos mais atuantes senadores da República, o representante gaúcho Paulo Paim (PT) assim avaliou o ano legislativo na Comissão de Assuntos Sociais:

“Foi um ano produtivo, pois o senador Romário deu uma boa dinâmica e trabalhou de forma democrática, como na distribuição dos projetos para relatorias. Ainda na sessão de hoje (20/11), aprovamos a realização de

uma audiência pública para debater sobre os rumos do sindicalismo brasileiro. Como os sindicatos vão se manter frente às recentes reformas, que alcançam 136 itens da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho)? Trata-se de mais um tema relevante e que precisa ser enfrentado para preservar o direito dos trabalhadores”.



“Espero que em 2020 tenhamos na CAS um trabalho com a mesma grandeza de 2019”.

Senador Paulo Paim

BALANÇO ANUAL

**R\$
813 MILHÕES**

**EM EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS
DE COMISSÃO PARA 2020**

BENEFICIADOS:

FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde: R\$ 280.000.000,00
Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde: R\$ 137.000.000,00
Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todo os Níveis da População:
R\$ 230.000.000,00

FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

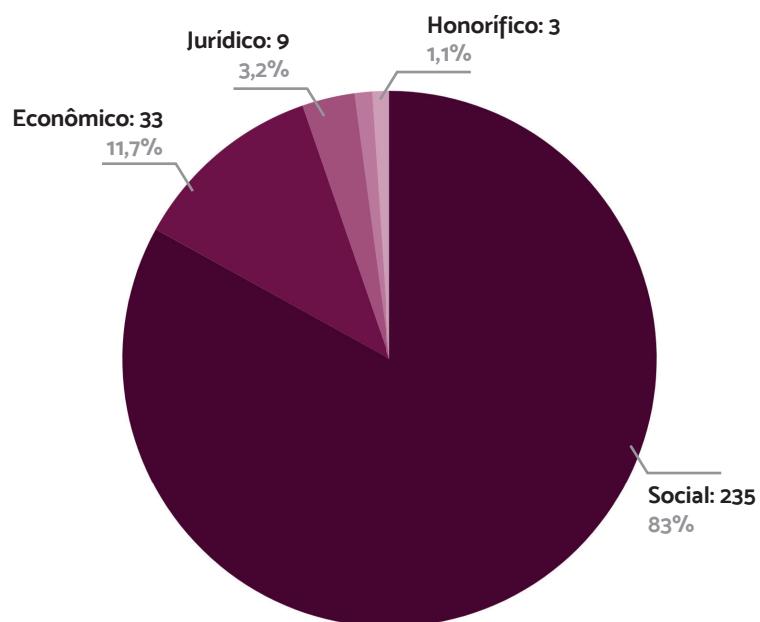
Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social:
R\$ 146.000.000,00

EMENDA DE REMANEJAMENTO

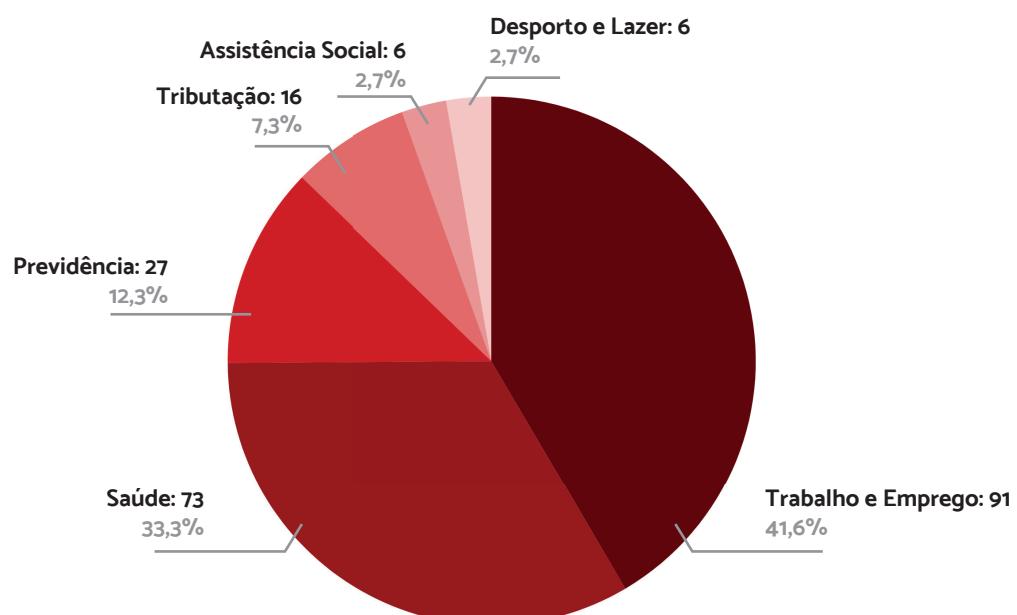
Hospital de Amor de Barretos: R\$ 20.000.000,00

TOTAL: R\$ 813.000.000,00

ASSUNTOS GERAIS DE PROJETOS DE LEIS



PRINCIPAIS TEMAS ESPECÍFICOS



Atualizado em 30/11/2019.

O EXEMPLO QUE VEM DA ISLÂNDIA



Jón Sigfússon, diretor da Youth in Iceland.

“A quantidade de tempo passado com a família é inversamente proporcional ao risco de um adolescente se expor às drogas como tabaco, álcool, maconha e cocaína”

O sucesso do Youth in Iceland já chegou a vinte e oito países, entre eles Chile, Austrália, Portugal, Espanha, França, Holanda, onde é conhecido como Planet Youth (Planeta Juventude).

O senador Eduardo Girão (PODE-CE),

isolada no Atlântico Norte, com 103 mil km², a Islândia tornou-se exemplo mundial na área de educação e de projetos de recuperação social de sua juventude.

Dados apresentados em uma audiência pública, na Comissão de Assuntos Sociais, mostraram que o programa Youth in Iceland (Juventude na Islândia) conseguiu reduzir de 42% para 7% o consumo de álcool entre jovens de 15 e 16 anos, em duas décadas. No período de 1998 a 2018, a redução no hábito de fumar tabaco foi de 23% para 6% e a de maconha de 17% para 7%.

O diretor do programa, Jón Sigfússon, explicou aos senadores que para alcançar esses resultados foi preciso trabalhar com todos os fatores que envolvem a criança, antes que ela chegasse ao ponto de ter acesso à droga. E detalhou:

requerente desta audiência pública, afirmou que “é importante para os representantes do governo federal conhecerem o programa que está se expandindo pelo mundo, pois poderia ter sua metodologia aplicada no Brasil”.

CONSUMO “ASSUSTADOR”

Jón Sigfússon lembrou que, em 1998, o consumo de drogas na Islândia era assustador. Os monitoramentos mostravam que das garotas que tinham ficado bêbadas nos últimos 30 dias, 42% quase nunca tinham a companhia dos pais e 28% raramente ficavam com eles. Apenas 10% estavam quase sempre na companhia dos pais. “O tempo passado com os pais é o principal fator de prevenção do uso de substâncias”, afirmou Sigfússon.

BRASIL

Convidado para a audiência, o ministro da Cidadania, Osmar Terra, disse que a dependência química tem trazido grandes problemas sociais. “Prova disso é o fato de o pagamento de auxílio-doença para dependentes químicos pelo INSS ser três vezes maior para usuários de drogas do que para os alcoólatras, que historicamente lideravam essa despesa”, afirmou.

O representante da Polícia Federal, delegado Marcos Pimentel, contou que a produção e o consumo de drogas como

Segundo o diretor do programa, era preciso mudar tanto o comportamento da juventude, quanto o ambiente e estilo de vida das crianças para que elas ficassem menos expostas ao risco de usar substâncias ilícitas. O foco se virou para prevenção primária, isto é, de crianças ainda sem contato com a droga.

maconha e cocaína aumentaram. “É um mercado de consumo em expansão”, disse.

O senador Eduardo Girão (PODE-CE) criticou a glamourização da maconha no Brasil, que surge a partir da queda no consumo de cigarro. E alertou:

“Há um assédio da indústria de maconha para substituir o mercado do tabaco”.

APLICABILIDADE

Há uma colossal diferença entre a Islândia e o Brasil. A ilha tem cerca de 400 mil habitantes e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) bem superior ao brasileiro. Mas, para o ministro Osmar Terra, não importa a diferença no tamanho da população, porque o programa seria instalado nos municípios, com populações menores.

O senador Styvenson Valentim (PODE-RN), que presidiu a audiência, disse que o Brasil deixa de implantar projetos devido o tamanho do território e da população, mas a estratégia, na avaliação dele, é começar em

uma escola, avançar para um bairro e expandir. Disse ainda:

“Estamos falando de crianças que não têm a figura do pai, cujas famílias vivem com muito pouco, que são os “aviões”, aqueles que levam e trazem drogas dentro das comunidades. Convoque uma reunião de pais na escola e veja se aparece um. É preciso mudar as famílias para implantar um modelo desses”.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

SUICÍDIO, UM DRAMA NACIONAL

Os dados apresentados em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pela psicóloga Alessandra Xavier, da Universidade Estadual do Ceará, dimensionam um drama nacional pouco conhecido: entre 2007 e 2016, 105 mil pessoas se mataram no Brasil, uma média de 32 perdas por dia.

No mesmo período, cerca de 800 mil pessoas acabaram com suas vidas no mundo, o que equivale a uma morte a cada 40 segundos, conforme o relatório da OMS. Ainda assim, a taxa global caiu 9,8% no período analisado. Entretanto, a taxa de suicídios entre os adolescentes nas grandes capitais brasileiras cresceu 24%.

Nesse sentido, o psiquiatra Fábio Gomes de Matos, da Universidade Federal do

Ceará, defendeu a criação de um serviço de atendimento público nos moldes do Centro de Valorização da Vida (CVV), porém com mais qualificação dos atendentes.

– O país necessita criar uma rede pública com interlocução. Não dá para ficar sem encaminhar para um profissional com treinamento e qualificação adequadas. Nos casos mais graves, inclusive, o cidadão precisa estar em observação – sugeriu.

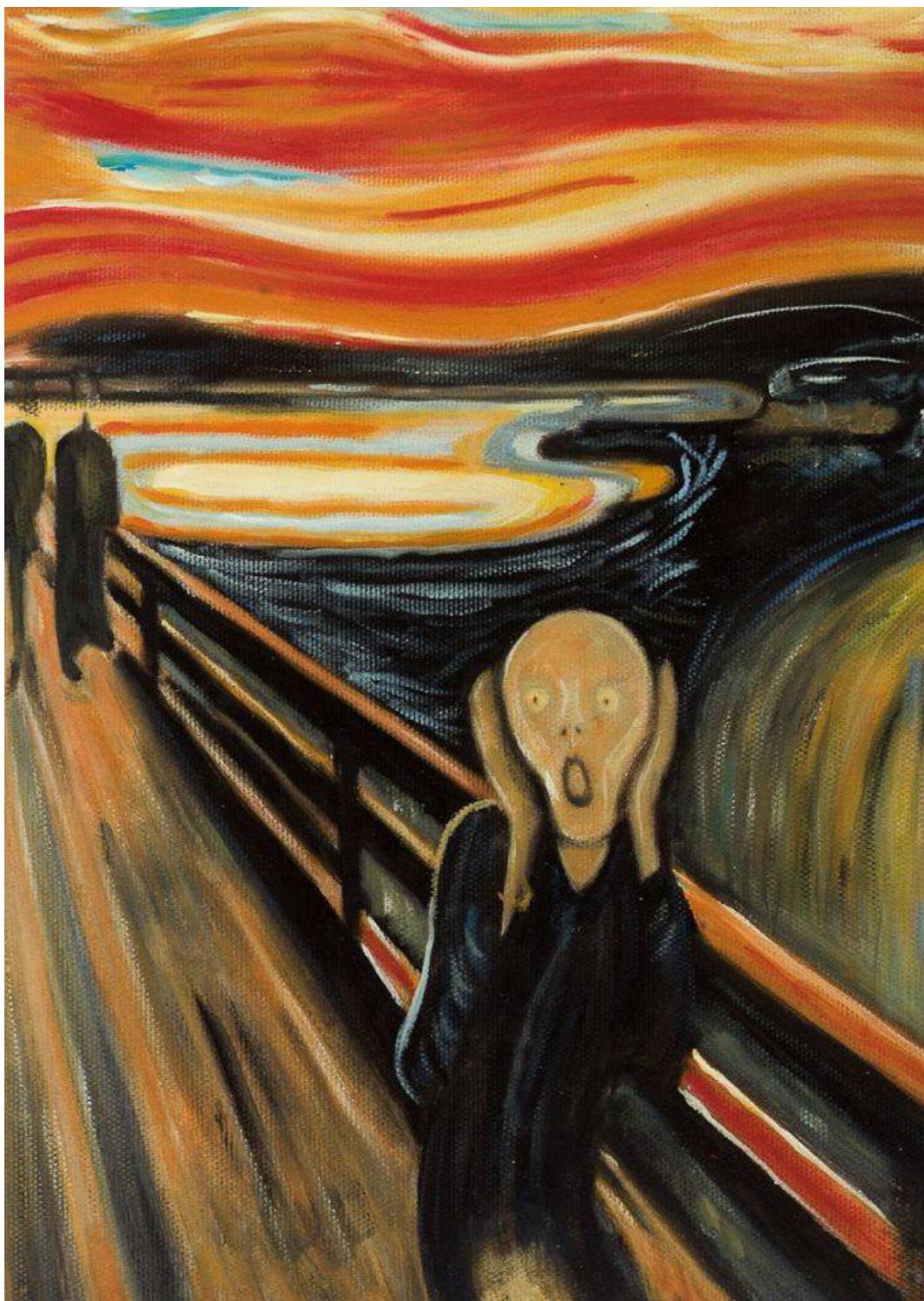
A psiquiatra Sandra Paula Peu, da Associação dos Psiquiatras da América Latina e assessora do Ministério da Cidadania, lembrou que praticamente a totalidade das pessoas que morrem por suicídio já sofriam antes de alguma doença mental. Assim, segundo ela, o que previne o suicídio é tratar a doença mental.

– A cada 10 pessoas com ideação suicida que você trata adequadamente, você salva a vida de nove. Suicídio é uma emergência médica. É um médico quem deve diagnosticar e começar a tratar a doença mental. (...) O suicídio é a consequência trágica das doenças mentais e assim deve ser tratado – afirmou.

“O país necessita criar uma rede pública com interlocução”.

Fábio Gomes





O GRITO

Série de quatro pinturas do norueguês Edvard Munch, produzidas em 1893. A obra representa uma figura androgina num momento de profunda angústia e desespero existencial. Em 2012, O Grito foi arrematado em leilão por US\$ 120 milhões.

APLICABILIDADE

O senador Eduardo Girão (PODE-CE), que presidiu a audiência pública, defendeu a integração de órgãos públicos e o uso da inteligência artificial para identificar, por meio das redes sociais, pessoas que possam cometer suicídio ou automutilação. E questionou:

– Você já imaginou integrar Ministério da Saúde, Ministério da Família, Ministério da Cidadania, CVV, ONGs, Ministério Público?

Dá para a inteligência artificial perceber quando a pessoa começa a compartilhar coisas duras, coisas que mostram a sua angústia, que mostram uma tendência para o desespero.

Porém, o senador lamentou que essa iniciativa se torne difícil diante do desmonte do setor público de saúde, em especial, no atendimento das pessoas com transtornos mentais.



Senador Eduardo Girão defendeu uso da “inteligência artificial” para o atendimento a pessoas com transtornos mentais



Especialistas de vários segmentos apresentaram teses e debateram com os senadores sobre o grave problema de transtornos mentais.

PREVENÇÃO

O senador Marcelo Castro (MDB-PI), que também é psiquiatra, defendeu tratamentos de eletroconvulsoterapia (popularmente conhecido por “eletrochoque”), quando o problema se tratar de depressão profunda com risco de suicídio.

A servidora pública Anne Evans, que acompanhava a audiência, pediu para dar seu depoimento. Para ela, é fundamental procurar atendimento médico adequado.

– Sofri uma depressão profunda que me fez ter ideação suicida por bastante tempo. Acreditei seriamente que estava próxima da morte e desejava isso. O que me salvou foi o atendimento médico proporcionado pela psiquiatria: me possibilitou reorganizar

os pensamentos, compreender o estado em que me encontrava e sair daquilo, – concluiu.

A audiência pública foi realizada por solicitação dos senadores Eduardo Girão (PODE-CE), Eduardo Gomes (MDB-TO) e Mara Gabrilli (PSDB-SP). As informações coletadas durante os debates servem de subsídios para que os senadores elaborem projetos de lei e outros documentos, que contribuam para atender às necessidades públicas, em geral.

COMBATE AO PRECONCEITO

Doença que atinge um milhão de brasileiros, a esquizofrenia não afeta apenas a qualidade de vida dos pacientes, mas toda a família, que precisa lidar com as consequências dessa enfermidade.

A doença é lembrada internacionalmente em 24 de maio, dia em que o psiquiatra Philippe Pinel, empossado chefe de um sanatório de homens, em Paris, em 1793, removeu as algemas dos pacientes que ficavam presos às paredes da instituição, contrariando o entendimento daquele tempo. O ato marcou uma nova era no tratamento psiquiátrico.

A audiência pública foi iniciativa do senador Flávio Arns (REDE-PR) – que presidiu a sessão e é o autor do PL 3.202/2019, que institui a data de 24 de maio como o Dia Nacional de Alerta para a Esquizofrenia.

A esquizofrenia causa delírios, alucinações, distanciamento afetivo, alogia (incapacidade de falar), abulia (falta de vontade), anedonia (falta de alegria). Na parte neurológica, é responsável pela desorganização do pensamento e do comportamento e por prejuízos cognitivos (de memória, funções executivas e atenção).

O professor Gustavo Doria, do Departamento de Medicina Forense e Psiquiatria da Universidade Federal do Paraná, explicou que a doença tem componente hereditário e aparece, geralmente, no início da vida adulta, no auge da produção laboral do indivíduo. Os surtos, segundo ele, prejudicam o cérebro com perdas próximas a dez pontos no quociente de inteligência (QI).

O professor Ary Gadelha, do Programa de Esquizofrenia da Universidade Federal de São Paulo, reforçou que a doença afeta as regiões associativas do conhecimento no cérebro. Por isso, quanto mais precoce a intervenção médica, maior a chance de sucesso no tratamento.

De acordo com Gadelha, o período crítico é justamente após o primeiro episódio, geralmente quando o indivíduo deixa de trabalhar, isola-se e começa a perder o contato com as pessoas.

Entre essas terapias, o destaque vai para a cognitivo-comportamental (TCC), de acordo com a psicóloga Marina Saraiva da Silva. Para ela, a abordagem é a mais usada no tratamento, porque coloca o delírio num contexto que precisa ser discutido e compartilhado para construção e adaptação. Além disso, é feito o controle de estresse e emoções que possam desencadear surtos. Ela destacou que a TCC é fundamental porque, embora a base do tratamento da esquizofrenia sejam os remédios, de 25% a 40% dos pacientes ainda expressam os sintomas da doença mesmo depois de medicados.



Psicóloga Marina Saraiva da Silva



Senador Flávio Arns: "É importante ter um dia de alerta para doença"

DOENÇA GRAVE

Nas palavras do presidente da Associação Psiquiátrica da América Latina, Antônio Geraldo da Silva, a esquizofrenia é uma doença grave e um fator bastante presente nos índices de suicídio. De acordo com o Conselho Federal de Medicina, 10,6% das pessoas que morreram por suicídio foram diagnosticadas com esquizofrenia e não tratadas ou tratadas de forma inadequada.

– A esquizofrenia está associada ao aumento de 10 vezes do risco de morte por suicídio e 50% dos pacientes esquizofrênicos podem tentar o suicídio em algum ponto do curso da doença, sendo mais comum durante os anos iniciais – apontou Antônio Silva.

Saindo dos números e encarando a vida real, os participantes da audiência viram a foto de André, que no ano passado, aos 33 anos, pesquisou na internet a forma menos dolorosa de morrer e assim a fez. Sua história foi contada por Sarah Nicolleli, que é presidente da Associação Mão de Mães de Pessoas com Esquizofrenia.

Ela contou, ainda, que seu filho, Cainã, faz tratamento e toma medicações, mas, depois do primeiro surto, tornou-se mais introspectivo. Sarah apresentou outros jovens

que precisam de ajuda quando em surto psicótico.

– Pessoas que trabalham nos Bombeiros, Samu, Capes, Polícia Militar e hospitais precisam saber como abordar e ajudar alguém em surto psicótico. Temos de tirar essa doença do armário. Por isso, precisamos de um dia de conscientização – resumiu.

Para o psiquiatra Antônio Silva, é importante que as pessoas derrubem preconceitos e enxerguem que os pacientes precisam de ajuda e tratamento assim que surgem os primeiros sintomas da doença.

– O doente mental não é agressivo, ele pode viver em sociedade, mas ele precisa ser tratado para que não chegue ao ponto de perder a noção do caráter ilícito do fato. Se houve suicídio é porque o paciente não teve tratamento adequado. Os remédios não chegam e as famílias estão largadas.

Para o senador Flávio Arns (REDE-PR), é importante ter um dia nacional de alerta para a doença, possibilitando, assim, a discussão, a reflexão e ações que perdurem o ano inteiro.

TOMADA DE DECISÃO COMPARTILHADA



Desses, somente seis apresentam registro para ressarcimento das despesas pelo Ministério da Saúde, segundo o presidente da Associação Brasileira das Associações de Doenças Raras, Antoine Daher, em audiência na Subcomissão sobre Doenças Raras, realizada por iniciativa da senadora Mara Gabrilli.

Há cerca de oito mil doenças raras, assim definidas aquelas enfermidades que acometem até 65 pessoas em 100 mil indivíduos, sendo 80% de origem genética, e o restante, de origem ambiental.

Segundo Daher, entre os desafios para o tratamento das doenças raras está a agilidade na avaliação para inclusão de medicamentos na rede pública, além da habilitação e ampliação de serviços, tendo em vista o avanço de novas terapias.

O diretor executivo da Associação Amigos Múltiplos pela Esclerose, Gustavo San Martin, sugeriu a participação dos representantes dos pacientes com doenças raras na tomada de decisões das questões de saúde. Para ele, “a governança tem que andar junto com a transparência e, quando o paciente não participa, há perda de confiança no processo”, afirmou.

“Apenas oito estados contam com centros de referência públicos e privados para o tratamento de pessoas com doenças raras”.

Gustavo San Martin

PRECONCEITOS

A presidente da Associação Aliança de Mães e Famílias Raras (Amar), Lilian Pollyana Dias, apontou o preconceito da sociedade para com o problema. Para ela, não há política pública efetiva em favor dos pacientes. Mãe de um jovem com síndrome de Cri-du-chat (desordem genética que pode causar deficiência intelectual e problemas respiratórios), Lilian disse que as leis não chegam à população e que sofre com a ausência de ações do governo. E afirmou:



“Existem muitas leis, mas elas não chegam a quem precisa. Precisamos transformar essas leis em algo palpável a essas famílias”.

Procuradora jurídica das Apaes do Paraná, a advogada Rosangela Moro cobrou prioridade às pessoas com deficiência, de modo geral. Ela ressaltou que a Política Nacional de Doenças Raras, de 2014, “precisa ser melhorada para ser efetiva”, visto que, nos últimos anos, não houve aprimoramentos nesse sentido.

PARTICIPAÇÃO

O representante da Coordenação Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde, Renato Teixeira Lima, reconheceu a necessidade de medidas que garantam a participação popular para que as políticas públicas sejam “verdadeiramente implementadas e cheguem na ponta”.

Já o coordenador geral das Pessoas com Doenças Raras do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Raphael Correia, apontou a boa vontade do Legislativo e do Executivo no aprimoramento das questões relacionadas ao tema. E destacou:



“Não adianta criar mais políticas públicas se lá na ponta a política pública não chega”.

Por sua vez, o senador Flávio Arns sugeriu a criação de uma instância interministerial, com a participação de todas as partes interessadas, para apresentação de uma proposta sobre o tema até o final de novembro.

FENILCETONÚRIA: FALHA NA PREVENÇÃO À DOENÇA

A falta de políticas públicas e as constantes falhas na prevenção da doença provocam o agravamento da fenilcetonúria, uma doença rara, sem cura e que afeta uma a cada 10 mil pessoas. “Quando não é tratada adequadamente, a fenilcetonúria pode provocar microcefalia e autismo”, explicou a nutricionista Monique Poubel, do Centro de Referência de Doenças Raras do Distrito Federal.

Em uma emocionante audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), quando se conheceu detalhes tristes dessa enfermidade, profissionais de saúde e familiares de doentes de fenilcetonúria apresentaram as dificuldades da rede pública para detectar e tratar a doença. Quando o tratamento não é iniciado antes de o bebê completar três semanas de vida, a fenilcetonúria provoca retardo mental grave, convulsões e hiperatividade.

Em alguns estados, de acordo com Leandra Paroneto, vice-presidente do grupo Mães Metabólicas, a demora na liberação do resultado do teste do pezinho, que detecta a doença, e o não fornecimento de fórmulas alimentares terapêuticas adequadas

causam gastos ao poder público que poderiam ser evitados.

– O paciente com a fenilcetonúria não pode consumir a proteína natural e depende de um alimento proteico artificial para se desenvolver. Quando não tem esse alimento, resta-lhe uma única alternativa: a proteína natural, que é nociva para o cérebro desse paciente e provoca sequelas. E aí, todo o gasto que o Estado já fez no diagnóstico e no tratamento do paciente até aquele momento de interrupção (do fornecimento do alimento artificial) foi jogado no lixo – disse Leandra.

Além do custo com as terapias que os pacientes demandarão por causa das sequelas, frequentemente, há gastos com a Defensoria Pública, onde se iniciam os processos judiciais que visam assegurar o direito do paciente à alimentação adequada.

O neurologista infantil e neurogeneticista André Pessoa afirmou que é preciso aprovar com urgência uma terapia que vem sendo utilizada nos Estados Unidos desde 2018, baseada na reposição da enzima “pegvaliase”. Segundo ele, mesmo indivíduos tratados com a terapia convencional



Luciana Costa Xavier e Monique Poubel debateram com os senadores sobre a Fenilcetonúria.

desenvolverão problemas cerebrais, como incapacidade de realizar funções de automonitoramento, estimativa de tempo e controle de impulsos.

– Um estudo mostrou que 24% dos pacientes adequadamente tratados com fórmulas e dietas têm déficit neurológico. Isso lança dúvida sobre a eficácia do tratamento atual. Foi lançada recentemente a reposição enzimática que não está aprovada no Brasil. Será que esses pacientes também não precisam dessa reposição? – questionou.

A diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) Alessandra Bastos Soares relatou sobre a fiscalização de fábricas de formulações alimentares especiais destinadas às pessoas com alguma doença metabólica:

– A Anvisa reconhece a dificuldade para pacientes. Lamentavelmente, algumas

fábricas foram interditadas pela Anvisa porque as fórmulas que eram preparadas não tinham a menor condição de serem utilizadas e representavam um risco para a saúde dessas crianças.

Segundo a coordenadora substituta do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde, Luciana Costa Xavier, somente em 2018 o governo federal forneceu 16 toneladas de fórmulas de aminoácidos isentas de fenilalanina para 1,9 mil pacientes maiores de 1 ano e 370 quilos para 150 pacientes recém-nascidos.

O senador Romário, informou que esse tema estará entre as prioridades da CAS, no próximo ano.

DISPUTAS OFICIAIS EMPERRAM AVALIAÇÕES

Conforme a Lei Brasileira de Inclusão (LBI nº 13.146/2015) pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Para saber quem é deficiente e o quanto a deficiência impede as atividades da vida diária, o Estatuto prevê a regulamentação, pelo Poder Executivo, da avaliação biopsicossocial.

Essa avaliação compete a uma equipe multiprofissional e interdisciplinar, que investiga sobre os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo.

Previsto para entrar em vigor em janeiro de 2018, o instrumento de avaliação ainda não está definido e é alvo de uma disputa entre o Ministério da Economia, pagador dos benefícios às pessoas com deficiência, e as entidades de defesa dos direitos desses beneficiários.

De acordo com o senador Flávio Arns (REDE-PR), o atraso em definir tal instrumento impede as pessoas com deficiência de terem acesso a políticas afirmativas, como cotas no serviço público, isenção de

Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), vagas em estacionamentos, Benefício da Prestação Continuada, entre outras. O assunto foi tema de uma audiência pública, presidida pelo parlamentar.

O presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), Marco Castilho, defendeu a adoção do Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBr-M) como balizador da avaliação biopsicossocial.

O IFBr-M está sendo entregue ao governo federal por pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB) e outras, depois de anos de pesquisa e testes. O índice avalia 57 atividades que incluem o domínio da aprendizagem e aplicação de conhecimento; comunicação; mobilidade; cuidados pessoais; vida doméstica; educação, trabalho e vida econômica; e relações e interações interpessoais, vida comunitária, social, cultural e política.

O representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, José Chagas, destacou que o novo modelo inclui, além da avaliação médica, o parecer de terapeuta ocupacional, de psicólogo, de fisioterapeuta e de fonoaudiólogo.





Debatedores com o senador Flávio Arns (Terceiro da direita para a esquerda)

OUTRO MODELO

Marco Castilho e José Chagas criticaram a iniciativa da Perícia Médica Federal do Ministério da Economia de estudar um outro modelo, cuja avaliação biopsicossocial é centrada em, apenas, em um perito médico.

A subsecretaria de Perícias Médicas Federal, Karina Argolo, rebateu as críticas dizendo que vários órgãos do governo federal buscam um modelo único de avaliação “justa e correta, para dar o direito para quem realmente o tem”.

– Não é porque já existia um instrumento em avaliação (IFBr-M) que não se pode debater outro modelo, e agregar e modificar o que pode ser melhorado. Isso, no momento certo, vai ser levado à consulta pública. O intuito é agregar, não dificultar.

O senador Romário (PODE-RJ) questionou a análise de um novo modelo ao mesmo tempo que outro já estava em discussão no governo e nas organizações civis e acadêmicas. Arns também não entendeu por qual razão o governo estaria trabalhando em duas frentes diferentes, como se “um ministério estivesse desautorizando outro”.

A procuradora do Trabalho Janilda Lima também criticou a iniciativa da Casa Civil e do Ministério da Economia de tratar o tema sem convocar o Conade e a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

– Isso viola o lema que dá luz à Convenção da ONU sobre as pessoas com deficiência. Nada sobre nós sem nós (“nothing about us without us”, em inglês).

Janilda foi didática em sua exposição:

– O médico está preparado para avaliar o físico, mas ele não está preparado para olhar o social e o psíquico. É preciso equipe multidisciplinar. Por isso, o modelo adotado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) faz a interação dos aspectos físicos, sociais e psicológicos.

O presidente do Comitê de Organizações Representativas da Pessoa com Deficiência, Moisés Bauer, disse não haver razoabilidade em, mais de quatro anos depois de sancionado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, ainda não haver a regulamentação do exame biopsicossocial.

– Depois de tanto tempo, querem iniciar um novo debate e um novo processo de validação sendo que essa chance já existiu. Não dá mais para esperar.

A assessora especial da Casa Civil, Laís Porto, garantiu que o IFBr-M não será descartado pelo governo federal, tampouco será adotado um modelo sem bases técnicas e científicas.

Diante do impasse, o assunto continuará na pauta da Comissão de Assuntos Sociais em 2020.

TESTE DO PEZINHO, INVESTIMENTO SOB RISCO



Helena Pimentel lembrou que o “teste do pezinho” completou 18 anos.

O Programa de Triagem Neonatal, que faz procedimentos para diagnóstico precoce de doenças em recém-nascidos, precisa de um olhar mais cuidadoso do Ministério da Saúde, segundo especialistas que participaram de um debate da Subcomissão Temporária sobre Doenças Raras no âmbito

da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A presidente da União dos Serviços de Referência em Triagem Neonatal, Helena Pimentel, explicou que o programa conhecido como “teste do pezinho”, completou 18 anos, com sucesso. Entretanto, no Norte e no Nordeste, poucos estados realizam

esses exames. No Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe o sistema funciona, mas com dificuldades. “Essa descontinuidade começou em 2015, devido à crise econômica”, disse Helena.

Quando as doenças são detectadas e tratadas nos primeiros dias de vida, é possível evitar que as crianças desenvolvam sequelas neurológicas e deficiências intelectuais, físicas e sensoriais. No entanto, a versão do teste do pezinho disponível no Sistema Único de Saúde (SUS), atualmente, detecta apenas seis doenças. Já a versão ampliada da triagem, na rede privada, pode identificar cerca de 50 doenças.

Consultora de Erros Inatos do Metabolismo da Associação de Pais Amigos dos Excepcionais de São Paulo, a médica Flávia Piazzon defendeu mais pesquisas na área e a atualização constante do programa. Segundo ela, a detecção precoce de doenças não deve depender de uma política pública estática. A fenilcetonúria, por exemplo, precisa ser identificada o quanto antes, já que o tratamento tem efeito retardado, disse ela.

Para Flávia Piazzon, a criação de um grupo de trabalho multidisciplinar, constituído por profissionais, representantes do Ministério da Saúde e da sociedade, poderá ajudar na definição de metas e objetivos para a melhoria do serviço em nível nacional.

– Tempo é muito importante porque, nessa nova área de doenças, se não atuarmos em uma, duas semanas de vida, essa criança vai morrer ou ficar em uma UTI, necessitando de cuidados extremos por anos e onerando o sistema de saúde – alertou.

DIAGNÓSTICO E ASSISTÊNCIA

A presidente do Unidos pela Vida - Instituto Brasileiro de Atenção à Fibrose Cística, Verônica Stasiak, foi diagnosticada com fibrose cística há 10 anos. Ela relatou os problemas que enfrentou devido à identificação

tardia da doença e defendeu a importância do diagnóstico precoce:

“O que todos nós, da sociedade civil, da classe médica e do governo podemos fazer é atuar fortemente pelo diagnóstico dessas crianças o quanto antes e pelo tratamento adequado”.

Segundo Camila Carloni Gaspar, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, o custo anual do serviço para o governo do DF é de R\$9,2 milhões.

Fabiano Ferreira, do Ministério da Saúde, destacou que a ampliação da triagem neonatal no país não é uma medida simples.

– Há uma miríade de informações que precisam ser estudadas antes de a gente ampliar o teste do pezinho. Temos três milhões de nascidos vivos por ano, dos quais a gente faz 2,4 milhões (de testes) no serviço público. Acreditamos que o Sisneo nos dará condições de obter dados do setor privado também, o que vai melhorar a abrangência da triagem no país como um todo.

O senador Flávio Arns (REDE-PR), que presidiu a audiência pública, disse que as discussões sobre o assunto terão continuidade. Favorável à notificação compulsória do diagnóstico de doenças raras, a senadora Zenaide (PROS-RN) ponderou que as estatísticas, aliadas à pesquisa científica, são imprescindíveis na elaboração das políticas e na ampliação de programas como o teste do pezinho. E encerrou dizendo:

“Sem ciência e tecnologia, nem democracia a gente tem”.

ALERTA PARA UMA DOENÇA SILENCIOSA



Os atuais 463 milhões de diabéticos no mundo deverão aumentar em 51% até 2045, passando para 700 milhões. Esse alerta foi feito por especialistas, em audiência pública presidida pelo senador Romário, na Comissão de Assuntos Sociais.

Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes, Hermelinda Pedrosa ressaltou:

“Um em cada nove brasileiros tem diabetes e o Brasil ocupa o quinto lugar no ranking mundial da doença”.

Segundo a palestrante, apenas 10% dos pacientes com diabetes tipo 1 estão dentro das metas. Esse é um dado funesto, porque traz outra série de complicações. Os estados do Norte e Nordeste têm um quadro muito pior – afirmou Hermelinda.

Representando a Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica, o médico Fábio Viegas informou que 69,3% do total de mortes no Brasil são atribuídas a doenças crônicas não transmissíveis, entre elas o diabetes, que corresponde a 5,3%. Enquanto isso, o Ministério da Saúde gastou R\$ 338 milhões com insulinas (medicamento que controla a glicose no sangue), em 2018. O custo estimado total de internações devido ao diabetes é de R\$ 96,9 milhões por ano. O palestrante destacou:

“Em 2018 foram realizadas 30.497 internações com amputações em pacientes diabéticos no país”.

– Vejam o impacto que essa doença leva, não somente ao SUS, mas também à saúde suplementar. O paciente com

diabetes e com obesidade fica na intersecção de políticas públicas, sem ser diretamente atendido por nenhuma delas – afirmou.

NOVEMBRO AZUL

O representante da Associação de Diabetes Juvenil, Heithor Zanini, frisou a importância da campanha “Novembro Azul” no combate ao diabetes e da sanção da Lei 13.895/2019, que institui a Política Nacional de Prevenção ao Diabetes.

– Mas se tivéssemos que escolher o problema agudo, crítico e urgente em relação ao tratamento de diabetes no país, seria a dispensação das insulinas análogas de ação rápida. As entregas de outubro, dezembro e março somam 3,9 milhões de canetas (equipamento para aplicar a droga). Em estoque ainda há 2,9 milhões.

Maria José Oliveira Evangelista, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, observou que mudar estilos de vida para combater o diabetes não é tarefa simples.

– É preciso que um centro, em qualquer lugar, não atenda apenas aos pacientes de alto risco, mas faça educação permanente junto à equipe da atenção primária, dos ambulatórios, e seja formador. Não temos pessoas formadas

adequadamente no país inteiro. Segundo Maria José, 50% das pessoas que têm diabetes não sabem sobre a doença e os seus riscos.

Já o cirurgião do aparelho digestivo, Áureo Ludovico observou que o diabetes é um problema de dimensão mundial:

“A Índia, por exemplo, têm quase o equivalente à população brasileira de diabéticos”.

– Todos têm importância na abordagem. Não há como tratar esse problema sem uma atenção combinada ou todos dando a mão e entendendo de forma a ajustar a nossa postura a cada situação. Essa é uma doença que tem a alternativa de remissão, mas, infelizmente, representa apenas uma parte do tratamento.

A oftalmologista Francyne Veiga Cyrino destacou o risco de cegueira entre os diabéticos. E citou a importância de mutirões que ajudam no diagnóstico precoce.

GOVERNO

O diretor de Programa da Secretaria de Atenção Primária à Saúde

do Ministério da Saúde, Lucas Wollmann, destacou o programa Saúde na Hora, que oferece mais cobertura na atenção primária, o Médicos pelo Brasil, que levará profissionais para áreas carentes, e o Previne Brasil, que foca nos resultados de saúde da população.

A senadora e médica Zenaide Maia (PROS-RN) lembrou que a espera para tratamento e a falta de médicos levam alguns pacientes à amputação de membros.

Autor do requerimento para a audiência pública e em tratamento de combate ao diabetes, o senador Kajuru (PRP-GO) gravou mensagem aos participantes da reunião:

– Estou triste, pois queria estar aí. Mas o médico me proibiu. Preciso focar na minha saúde. Muito obrigado a cada um que compareceu disposto a debater esse assunto silencioso e grave, pois 48% das mortes no Brasil são provocadas pelo diabetes.

O senador Romário encerrou a audiência afirmando que o assunto voltará à agenda da CAS em 2020.

HOMENAGEM

DEZ PERSONALIDADES RECEBEM A “COMENDA DORINA NOWILL”



Senador Romário entrega a comenda a Marco San, Secretário da Pessoa com Deficiência e Tecnologia do município do Rio de Janeiro

No Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, comemorado em 3 de dezembro, o Senado Federal homenageou com a “Comenda Dorina Nowill” personalidades brasileiras que se identificam com essa causa e por ela trabalham rotineiramente.

O senador Romário, presidente da Comissão de Assuntos Sociais, congratulou-se com os agraciados, não apenas pela data e justas homenagens, mas pelo trabalho que desenvolvem em suas entidades afins.

Dorina de Gouvêa Nowill, nasceu em São Paulo em 28 de maio de 1919. Aos 17 anos ela ficou cega, vítima de uma infecção

ocular.

Educadora de formação e com estudos na Universidade americana de Colúmbia, Dorina trabalhou intensamente para a criação de instituições e leis específicas para os deficientes visuais. Em 1946, ela criou em São Paulo a Fundação para o Livro do Cego no Brasil. Atualmente, a “Fundação Dorina Nowill” dá continuidade ao seu imenso legado.

Dorina morreu em 2010, aos 91 anos, mas a sua obra, premiada em várias ocasiões, é reconhecida internacionalmente.

OS AGRACIADOS

Instituto dos Cegos de Campina Grande

Indicação: Senadora Daniella Ribeiro

Associação Brasileira Beneficente

Indicação: Senador Arolde de Oliveira

Rosalina Lopes Franciscão

Indicação: Senador Flávio Arns

Ulisses de Araújo

Indicação: Senadora Leila Barros

Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior

Indicação: Senadora Mara Gabrilli

Ricardo Tadeu Marques da Fonseca

Indicação: Senadora Mara Gabrilli

Hospital Santa Marcelina de Rondônia

Indicação: Senador Marcos Rogério

Sônia Regina Diamante Teixeira de Sousa

Indicação: Senadora Soraya Thronicke

Marcos San

Indicação: Senador Romário

Sociedade Professor Heitor Carrilho

Indicação: Senadora Zenaide Maia

RESULTADO DAS REUNIÕES

11 DE SETEMBRO

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 369, DE 2015 -

Autoria: senador Gladson Cameli (PP-AC)

Tema: altera a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993, sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional, para tornar obrigatória a graduação em Educação Física para o exercício da profissão de Treinador Profissional de Futebol.

Relatoria: senador Romário (PODE-RJ) – Pela rejeição do Projeto.

Resultado: Rejeitado.

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 412, DE 2018

Autoria: Senador Airton Sandoval (MDB-SP)

Tema: altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para tornar obrigatória a divulgação anual dos critérios e valores estabelecidos para remuneração de serviços e dos parâmetros de cobertura assistencial no Sistema Único de Saúde (SUS).

Relatoria: senador Otto Alencar (PSD-BA). Pela aprovação do Projeto.

Resultado: aprovado.

PROJETO DE LEI N° 1056, DE 2019

Autoria: senador Paulo Paim (PT/RS)

Tema: acrescenta o art. 23-A à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Plano de Custeio da Previdência Social), para obrigar a empresa responsável por desastre ambiental a efetuar o recolhimento previdenciário referente a segurado falecido ou impedido de efetuar recolhimento previdenciário.

Relatoria: senador Rogério Carvalho, pela aprovação do Projeto.

Resultado: aprovado

PROJETO DE LEI N° 2013, DE 2019 – Terminativo

Autoria: senador Weverton (PDT-MA)

Tema: altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que dispõe sobre os direitos dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.

Relatoria: senador Marcelo Castro, pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta.

Resultado: aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CAS, 2-CAS e 3-CAS.

PROJETO DE LEI N° 3015, DE 2019 - Não Terminativo

Autoria: senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Tema: altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir os encargos trabalhistas pagos a empregado doméstico entre as hipóteses de dedução da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Relatoria: senador Styvenson Valentim, favorável ao Projeto.

Resultado: aprovado

Observações: matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 102, DE 2019

Autoria: senador Rogério Carvalho (PT-SE), Senador Paulo Paim (PT-RS)

Tema: requer que na Audiência Pública objeto do REQ nº 93/2019 - CAS, seja incluído como convidado o Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Resultado: aprovado

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 105, DE 2019

Autoria: senador Flávio Arns (REDE-PR)

Tema: requer a realização de audiência pública para discutir a importância de estabelecer a data de 24 de maio como sendo o “Dia Nacional de Conscientização sobre a Esquizofrenia”.

Resultado: aprovado



“É importante ter um dia de alerta para a doença.”

Senador Flávio Arns

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 106, DE 2019

Autoria: senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) e Senador Paulo Paim (PT/RS)

Tema: requerem que na Audiência Pública objeto do REQ 89/2019 - CAS, para instruir o PLS 396/2018, que altera o caput e o § 2º do art. 39 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e os arts. 879, § 7º, e 899, § 4º, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) seja incluído como convidado: Thomaz Nunnemkamp, coordenador do Conselho de Relações do Trabalho da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul - Fiergs.

Resultado: aprovado

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 108, DE 2019

Autoria: autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN)

Tema: requer a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para discutir a criação de mecanismos de captação de recursos para pesquisas científicas por meio de incentivo fiscal.

Resultado: aprovado

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 112, DE 2019

Autoria: senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

Tema: requer, nos termos regimentais, a realização de evento, no próximo dia 17 de setembro, no Auditório Petrônio Portela, com o objetivo de reconhecer o valor da obra do Senhor Maurício de Sousa para inclusão social das pessoas com deficiência.

Resultado: aprovado

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 113, DE 2019

Autoria: senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

Tema: requeremos a apresentação de Plano de Trabalho para a Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa.

Resultado: Aprovado

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 114, DE 2019

Autoria: senador Eduardo Girão (PODE-CE)

Tema: requer que na Audiência Pública objeto do REQ 47/2019 - CAS sejam incluídos como convidados: Daniel Gonçalves, médico psiquiatra da AME Planalto - Associação Médico Espírita do Planalto; Dr. Antônio Geraldo, Presidente da APAL - Associação dos Psiquiatras da América Latina; Sr. João Leal, estudioso da área e Presidente do "Ação Brasil Sem Dor"; Dra. Alessandra Xavier, Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade Santiago de Compostela Espanha, Professora do curso de Psicologia da UECE e Autora de livros e artigos sobre Desenvolvimento Humano, Psicanálise, Psicoterapia e Suicídio

Resultado: aprovado



“A audiência foi realizada com excelente nível de debates.”

Senador Eduardo Girão

18 DE SETEMBRO

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 181, DE

Autoria: senador Lasier Martins (PDT-RS)

Tema: dispõe sobre a destinação de parcela do Fundo Social de que trata o art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, e dá outras providências.

Relatoria: senadora Leila Barros, contrária às Emendas nº 3-PLEN e 4-PLEN. Aproado Parecer contrário às emendas nº 3 e 4-PLEN.

Observação: matéria a ser apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PROJETO DE LEI N° 3470, DE 2019 - Não Terminativo

Autoria: senador Jayme Campos (DEM-MT)

Tema: insere o art. 433-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para garantir às microempresas e às empresas de pequeno porte que admitirem aprendizes, prioridade, condições facilitadas e taxas de juros diferenciadas na obtenção de empréstimos de instituições financeiras integrantes das administrações públicas dos entes federados.

Relatoria: senador Paulo Paim (PT-RS), favorável ao projeto

Observação: matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 98, DE 2019

Autoria: senador Humberto Costa (PT/PE)

Tema: requeiro a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de debater sobre as consequências à segurança do trânsito que a suspensão da fiscalização de excesso de velocidade através de radares portáteis e estáticos pode causar nas rodovias federais, conforme o despacho do presidente Jair Bolsonaro, publicado no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2019.

Observações: Incluído no rol de convidados, durante a discussão, nome de representante do Ministério da Infraestrutura. Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 107, DE 2019

Autoria: senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP)

Tema: requer a realização de audiência pública para discutir a proposta de criação de uma instância de participação e controle social, no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, com o objetivo de fiscalizar as ações promovidas pelo Poder Público e promover seu aperfeiçoamento.

Observações: Incluído no rol dos convidados, durante a discussão, representante da Aliança de Mães e Famílias Raras - Amar. Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 109, DE 2019

Autoria: senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP)

Tema: requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, informações sobre o processo de concessão de patentes, particularmente do segmento de saúde, no âmbito do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), com objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 2969, de 2019, que altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que “regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial”, para conferir prioridade ao exame dos pedidos de patentes de produtos e processos farmacêuticos, bem como equipamentos e materiais relacionados à saúde pública”. Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 110, DE 2019

Autoria: senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP)

Tema: requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 277/2016, que altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para fixar em cinquenta empregados o limite mínimo para as empresas preencherem seus cargos com pessoas com deficiência e com beneficiários reabilitados da Previdência Social, na proporção que específica. Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 116, DE 2019

Autoria: senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RI), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN) e Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Tema: requerem a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater a realidade das pessoas em situação de rua no Brasil. Aprovado.

25 DE SETEMBRO

PROJETO DE LEI N° 3071, DE 2019 - Não Terminativo

Autoria: senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)

Tema: altera a Lei 13.756 de 2018, para incluir a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação - ABBR - no destino da arrecadação das loterias.

Relatoria: senador Iratá (PSD-TO), favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Aprovado.

Observações: Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

PROJETO DE LEI N° 4034, DE 2019 - Não Terminativo

Autoria: senador Antônio Anastasia (PSDB-MG)

Tema: dispõe que os valores recebidos a título de Auxílio Emergencial Pecuniário e de recomposição por danos materiais ou morais sofridos em decorrência do rompimento e colapso de barragens não serão considerados como renda no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, bem como no cálculo da renda para fins do Benefício de Prestação Continuada.

Relatoria: senador Irajá (PSD-TO) favorável ao Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta.

Observações: matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.



“O projeto vai ao encontro das necessidades das populações atingidas por colapsos em barragens.”

Senador Antônio Anastasia

PROJETO DE LEI N° 2951, DE 2019 - Não Terminativo

Autoria: senador Roberto Rocha (PSDB-MA)

Tema: institui o Fundo de Compensação Social para o Estado do Maranhão

Relatoria: senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP), favorável ao Projeto e à Emenda nº 1.

Observações: matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

PROJETO DE LEI N° 4815, DE 2019 - Não Terminativo

Autoria: senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE)

Tema: altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que “disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012”, para dispor sobre a implementação de ações de prevenção ao suicídio entre profissionais de segurança pública e defesa social.

Autoria: senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) art. Relatoria: senadora Eliziane Gama, favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações: 1 - Durante a discussão, a Senadora Eliziane Gama reformula o Relatório, acatando sugestões do Senador Flávio Arns e apresentando mais uma emenda. 2 - Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado Federal de requerimento, de autoria da Senadora Eliziane Gama, de urgência para a matéria.

Resultado: aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS e 2- CAS.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 115, DE 2019

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ)

Tema: Requeiro a realização de audiência pública para debater os entraves para a regulamentação da avaliação biopsicossocial a partir de equipe multidisciplinar.

Resultado: aprovado

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 117, DE 2019

Autoria: Senador Paulo Paim (PT-RS)

Tema: requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o PL 4569/2019, que altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que “dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais”, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a relação de trabalho e emprego em regime de teletrabalho.

Resultado: aprovado

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 118, DE 2019

Autor: senador Paulo Paim (PT-RS)

Tema: requeiro a realização de audiência pública para instruir o PLS 127/2012, que modifica o inciso XI do art. 10 da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, para incluir todas as atividades bancárias no rol de serviços ou atividades essenciais.

Resultado: aprovado



“Relação de trabalho e emprego em regime de teletrabalho será tema de audiência pública.”

Senador Paulo Paim

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 119, DE 2019

Autoria: senador Romário (PODE-RJ)

Tema: requeiro que na Audiência Pública objeto do RQS 115/2019 seja incluída como expositora a Senhora Izabel Maior, que é professora de medicina na UFRI, foi a primeira pessoa com deficiência a comandar a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e é liderança há mais de trinta anos do Movimento das Pessoas com Deficiência.

Resultado: aprovado

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 120, DE 2019

Autoria: senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

Tema: requer urgência para o PL 4815/2019, que altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que “disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012”, para dispor sobre a implementação de ações de prevenção ao suicídio entre profissionais de segurança pública e defesa social.

Resultado: aprovada a apresentação para o plenário do Senado.
9 de Outubro

PROJETO DE LEI N° 4198, DE 2019

Autoria: senador Jorge Kajuru (PSB-GO)

Tema: Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão pagos pelo Regime Geral da Previdência Social, a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta anos.

Relatoria: Senador Paulo Paim (PT-RS), favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações: 1- Durante a discussão, o Relator apresentou relatório reformulado, favorável ao Projeto, com duas emendas.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Resultado: aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS e 2- CAS.

PROJETO DE LEI N° 4399, DE 2019 - Não Terminativo

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Tema: altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para incluir a fibromialgia no rol das doenças que asseguram a seus portadores a dispensa do cumprimento de período de carência para usufruir dos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

Relatoria: senador Irajá (PSD-TO), favorável ao Projeto.

Resultado: aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 121, DE 2019

Tema: Realização de audiência pública para instruir o PLS 118/2011, que acrescenta o art. 431-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e altera o caput do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o preenchimento de quotas para pessoas com deficiência.

Autora: senadora Zenaide Maia (PROS-RN)

Observações: durante a Reunião, a autora incluiu o Procurador-Geral do Trabalho, Alberto Bastos Balazeiro, como convidado para a Audiência Pública.

Resultado: aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 122, DE 2019

Autora: senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) e senadora Leila Barros (PSB-DF)

Tema: que na Audiência Pública objeto do REQ 93/2019 - CAS, com o objetivo de instruir o PLS 539/2018, seja incluído como convidado um Representante do Ministério da Economia.

Resultado: aprovado.



“Representante do Ministério da Economia também debaterá sobre segurança e saúde no trabalho.”

Senadora Soraya Thronicke

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 123, DE 2019

Autoria: senador Flávio Arns (REDE-PR)

Tema: Realização de audiência pública, com a participação da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência e da Subcomissão Temporária de Doenças Raras, com o objetivo de debater questões relacionadas às glicogenoses. Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante do Ministério da Saúde; 2. Representante do Conselho Federal de Medicina; 3. Representante da Associação Brasileira de Glicogenoses Hepáticas e Musculares; 4. Representante da Coordenação Geral das Pessoas com Doenças Raras, da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; 5. Dr.ª Carolina Fischinger Moura de Souza – Médica Geneticista; e 6. Representante das pessoas com Glicogenoses Hepáticas e Musculares.

Resultado: aprovado

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 127, DE 2019

Autoria: senador Luiz do Carmo (MDB-GO)

Tema: realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os efeitos do vírus Zika no cérebro de adultos infectados e demência em pessoas com até 60 anos.

Resultado: aprovado

Observações: Durante a Reunião, o autor incluiu um representante do Instituto Evandro Chagas, como convidado para a Audiência Pública.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 126, DE 2019

Autoria: senador Flávio Arns (REDE-PR)

Tema: realização de audiência pública, com a participação da Subcomissão Permanente da Pessoa com Deficiência, com o objetivo de debater o tema “Avaliação Biopsicossocial da Pessoa com Deficiência”, em cumprimento à Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Lei nº 13.146/2015), contextualizando os seguintes aspectos: o processo de construção e validação do modelo de avaliação biopsicossocial da pessoa com deficiência por equipe multiprofissional e interdisciplinar, conforme previsto na referida lei, bem como a organização e constituição final do modelo de avaliação biopsicossocial, incluindo as ferramentas que serão utilizadas e órgão responsável pelo processo de avaliação e encaminhamentos.

Resultado: aprovado

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 124, DE 2019

Autoria: senador Romário (PODE - RJ), Senador Styvenson Valentim (PODE - RN)

Tema: realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o tema: os desafios no acolhimento e tratamento da Fenilcetonuria.

Resultado: aprovado

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 125, DE 2019

Autoria: senador Romário (PODEMOS/RJ), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Tema: Que na Audiência Pública objeto do RQS 115/2019, seja incluída a seguinte convidada: Michele Bolsonaro - Primeira Dama e defensora de causas sociais relacionadas a pessoas com deficiência, com visibilidade em doenças raras, intérprete em LIBRAS nas escolas e outros projetos sociais.

Resultado: aprovado

16 de Outubro

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 138, DE 2018 -

Autoria: Câmara dos Deputados.

Tema: dispõe sobre a profissão de disc jockey (DJ) profissional; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Relatoria: Senador Romário, favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado;

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 128, DE 2019

Autoria: senador Romário (PODEMOS/RJ)

Tema: requer que na Audiência Pública objeto do RQS 124/2019, seja incluído o expositor Sr. Carlos Eduardo Gouvêa, Diretor da Associação Brasileira de Alimentos para fins Especiais, que terá como objetivo, discutir sobre os desafios no acolhimento e tratamento da Fenilcetonuria.

Resultado: aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 129, DE 2019

Autoria: senador Paulo Paim (PT/RS)

Tema: Requer que, na Audiência Pública objeto do REQ 89/2019 - CAS, com o objetivo de instruir o PLS 396/2018, seja incluído o senhor João Sanzovo, Presidente da Associação Brasileira de Supermercado - ABRAS.

Resultado: aprovado.

23 DE OUTUBRO**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 130, DE 2019**

Autoria: senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO), Senador Romário (Pode/RJ)

Tema: requerem a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a prevenção do diabetes e o acesso aos tratamentos da doença, com a presença dos seguintes convidados: Luiz Henrique Mandetta - Ministro de Estado da Saúde; Dra. Hermelinda Pedrosa - Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes; Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS; Dr. Áureo Ludovico - Médico; Vanessa Pirolo - Coordenadora de Advocacy da ADI - Diabetes Brasil.

Resultado: aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 133, DE 2019

Autoria: senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Tema: requerem a realização de Audiência Pública para instruir o PL 5228/2019, que “institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências”.

Resultado: aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 136, DE 2019

Autoria: senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO)

Tema: requer que na, Audiência Pública objeto do RQS 130/2019, com o objetivo de debater a prevenção do diabetes e o acesso aos tratamentos da doença, seja incluída a seguinte convidada: Dra. Franciny Veiga Reis Cyrino - Oftalmologista, especialista em doenças e cirurgia na retina e no vítreo.

Resultado: aprovado.

6 DE NOVEMBRO**PROJETO DE LEI N° 3709, DE 2019**

Autoria: senador Mecias de Jesus (PRB/RR)

Tema: Destinar 1% (um por cento) da arrecadação das modalidades lotéricas às secretarias de saúde dos Estados e do Distrito Federal, alterando os arts. 15 a 18 e 20 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP)

Relatoria: senador Irajá, favorável ao Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta.

Observações: Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Resultado: aprovado.

PROJETO DE LEI N° 3260, DE 2019

Autoria: senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Tema: altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que “institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”, para permitir que mais de uma pessoa com deficiência habitando com a mesma família possa receber o Benefício de Prestação Continuada.

Relatoria: senador Romário, pela aprovação do Projeto. Resultado: aprovado.



“O Projeto de Lei entrará na pauta de votação do plenário do Senado Federal.”

Senadora Mara Gabrilli

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 355, DE 2018

Autoria: senador João Capiberibe (PSB/AP)

Tema: prevê a concessão de pensão especial, mensal, vitalícia e intransferível às vítimas de escalpelamento provocado por volantes, eixos ou partes moveis de motores de embarcação.

Relatoria: senador Rogério Carvalho, favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações: Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 40, DE 2019

Autoria: senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Tema: cria a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Mototaxistas e Motofretistas

Relatoria: senador Weverton, favorável ao projeto. Resultado: aprovado

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 46, DE 2017

Autoria: Câmara dos Deputados

Tema: altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatório o teste de impacto nos dispositivos de retenção para o transporte de crianças em veículos.

Relatoria: senador Mecias de Jesus, favorável ao Projeto. Resultado: aprovado.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 61, DE 2018

Tema: dispõe sobre a obrigatoriedade de os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas disponibilizarem meios de acesso público para consulta a informações cadastrais dos profissionais registrados.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: senador Jorge Kajuru, favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA CAS N° 131, DE 2019

Autoria: senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP) e senador Flávio Arns (REDE/PR)

Tema: requerem a realização de audiência pública para apresentar estudo do Instituto de Pesquisa DataSenado sobre o cuidado de pessoas com deficiência, pessoas com doenças raras e pessoas idosas, com a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Secretaria de Transparência - Instituto de Pesquisa DataSenado; 2. Um Cuidador Profissional; 3. Um Cuidador Familiar; 4. Representante da Coordenação-Geral das Pessoas com Doenças Raras, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; 5. Representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; 6. Representante da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Resultado: aprovado.

REQUERIMENTO DA CAS N° 137, DE 2019

Autoria: senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), senador Humberto Costa (PT/PE), senador Paulo Paim (PT/RS), senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), senadora Zenaide Maia (PROS/RN) e Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Tema: requerem a realização de audiência pública para instruir o PL/5228, que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências.

Resultado: aprovado

REQUERIMENTO DA CAS N° 140, DE 2019

Autoria: senador Romário (PODEMOS/RJ)

Tema: requer que na Audiência Pública objeto do REQ 130/2019 - CAS e do REQ 136/2019 - CAS, na qual será debatida a prevenção do diabetes e o acesso aos tratamentos da doença, sejam convidados: 1. Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica; 2. Presidente do Colégio Brasileiro de Cirurgiões; 3. Presidente da Sociedade Brasileira de Obesidade.

Resultado: aprovado.

REQUERIMENTO DA CAS N° 142, DE 2019

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Tema: requer que na Audiência Pública objeto do REQ 131/2019 - CAS, sejam incluídos os seguintes convidados: 1. Dr. Ronaldo Laranjeira - Coordenador da Universidade de Pesquisa em Álcool e Drogas na Escola Paulista de Medicina da Unifesp, e é PhD em psiquiatria pela Universidade de Londres; 2. Dr. Antônio Geraldo da Silva - Presidente da Associação Psiquiátrica Latina; 3. Dr. Fábio Gomes de Matos - Graduado em Medicina pela Universidade Federal do Ceará, Mestrado em Medicina - Farmacologia pela Universidade Federal do Ceará e Doutorado/PhD em psiquiatria pela Universidade de Edimburgo; 4. Representante do Ministério da Cidadania; 5. Representante do Ministério da Saúde.

Resultado: aprovado

REQUERIMENTO DA CAS N° 143, DE 2019

Autoria: senador Chico Rodrigues (DEM/RR) e senador Flávio Arns (REDE/PR)

Tema: requerem que na Audiência Pública objeto do RQS 133/2019, com o objetivo de instruir o PL 5228/2019, que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, seja incluído o seguinte convidado: senhor Seme Arone Junior, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Estágios - ABRES. Resultado: aprovado.

REQUERIMENTO DA CAS N° 144, DE 2019

Autoria: senador Rogério Carvalho (PT/SE) e senador Flávio Arns (REDE/PR).

Tema: requerem a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2018, que regulamenta a profissão de psicanalista.

Resultado: aprovado.

REQUERIMENTO DA CAS N° 145, DE 2019

Autoria: senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO) e senador Romário (PODEMOS/RJ)

Tema: requerem que na Audiência Pública objeto do RQS 130/2019, para debater a prevenção do diabetes e o acesso aos tratamentos da doença seja incluído o seguinte convidado: Dr. Rafael Ernan Andrade - Doutor em Ciências Visuais - UNIFESP e Presidente da ONG Uídos Pelo Diabetes - UPD.

Resultado: aprovado



“Os debatedores trouxerem informações atualizadas sobre o tema “diabetes”, que melhor vão orientar os parlamentares na proposição de medidas de governo.”

Senador Jorge Kajuru



EXPEDIENTE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Presidência: Senador Romário

Secretário da comissão: Willy da Cruz Moura

Texto: José Cruz – com informações da Agência Senado

Fotografia: Ronaldo Silva e Agência Senado: Edilson Rodrigues, Geraldo Magela, Jane de Araújo, Jefferson Rudty, Marcos Oliveira, Pedro França, Roque de Sá e Waldemir Barreto

Impressão e acabamento: Segraf – Senado Federal

Projeto Gráfico: Fabiano Campêlo

INTERAÇÃO

Para participar dos debates da CAS:



www12.senado.leg.br/ecidadania

Assista às reuniões no canal da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) no Youtube:



[TVSenadoOficial](#)

Secretaria da Comissão de Assuntos Sociais
Anexo II, Ala Alexandre Costa, sala 11-A
70.165-900 – Senado Federal – Brasília – DF

61 3303-3515

cas@senado.leg.br
imprensacas@senado.leg.br